



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – FATECS
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSOR ORIENTADOR: LUIZ CLÁUDIO FERREIRA

O caso “Paula Oliveira” nos telejornais da Rede Globo

Elisa Ramalho Salim

RA: 20513039

PROF. ORIENTADOR:

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA

Brasília, junho de 2009

Elisa Ramalho Salim

ELISA RAMALHO SALIM

O caso “Paula Oliveira” nos telejornais da Rede Globo

Trabalho apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Prof(a). Orientador (a):

Luiz Cláudio Ferreira

Brasília, 15 de junho de 2009

ELISA RAMALHO SALIM

**Cobertura dos telejornais da Rede Globo no caso Paula
Oliveira - uma análise do trabalho da imprensa brasileira.**

Trabalho apresentado à
Faculdade de Tecnologia e Ciências
Sociais Aplicadas, como requisito
parcial para a obtenção ao grau de
Bacharel em jornalismo no Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.

Prof(a). Orientador (a):

Luiz Cláudio Ferreira

Banca Examinadora

Professor Luiz Cláudio Ferreira

Orientador

Examinador

Examinador

Brasília, 15 de junho de 2009

RESUMO

Este trabalho visa identificar as principais características da cobertura do caso 'Paula Oliveira' pelos quatro telejornais apresentados hoje pela Rede Globo de Televisão. Durante uma semana, o caso chocou o Brasil. Primeiro pela suposta violência cometida contra Paula. Depois, pela hipótese de que tudo não teria passado de uma mentira contada pela suposta vítima. Durante aproximadamente uma semana, essa pesquisa compilou dados que ajudaram a esclarecer a forma como a Teve Globo, e a mídia brasileira em geral, atuaram nesse caso. Teria ocorrido erro jornalístico? Houve precipitação por parte da imprensa brasileira? Essas questões despertaram o interesse por essa pesquisa que visa entender como trabalha a TV Globo e o jornalismo brasileiro.

Palavras Chaves: Caso Paula Oliveira, TV Globo, erro jornalístico, 'barriga' jornalística.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVIDADE E IMPRENSA	4
3. SENSACIONALISMO.....	9
4. ÉTICA E DEONTOLOGIA.....	14
5. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA.....	18
6. ANÁLISE DOS DADOS.....	19
7. CONCLUSÃO.....	28

1. Introdução

Notícias e “covardia”

No dia 11 de fevereiro de 2009, uma notícia alarmou o Brasil. Alguns dias depois era o Brasil que não entendia de onde havia surgido e como tinham sido produzidas tantas notícias sem a apuração prevista.

Tudo começou quando os veículos de comunicação apresentaram uma história “escabrosa”. Segundo os órgãos noticiosos, uma brasileira chamada Paula Oliveira, natural do Recife (PE), teria sido atacada por três homens caracterizados como *skinheads*, de ideologia neonazista, na Suíça. Neste país ela morava e trabalhava em uma grande companhia de comércio marítimo.

Paula estaria grávida de gêmeos e teria sofrido aborto após o ataque. De acordo com o noticiário, o pai da pernambucana, prontamente, foi para o país saber o estado da filha. A notícia gerou grande comoção popular. Personalidades da política brasileira, incluindo o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, manifestaram, com veemência, indignação com o fato que a mídia alastrou. De repente, o incidente se transformava em uma questão de Estado e exigiam-se explicações rápidas do governo Suíço.

Na semana seguinte, a polícia suíça conseguiu provar que Paula não havia falado a verdade. De acordo com os exames realizados pelos peritos, ela não foi atacada, sequer estava grávida e, ao que tudo indicava, teria cometido autoflagelo.

Como prova, a polícia apontou a ausência do exame de gravidez e um laudo que mostrava como os cortes foram feitos de modo superficial e simétrico, além de uma suposta confissão da própria Paula.

A trama ganhou contornos de telenovela (ou minissérie por sua duração curta) onde a cada notícia um capítulo da história verdadeira era esclarecido. Este trabalho parte da premissa que pode ter havido falha no processo de produção noticiosa da imprensa brasileira.

Para o estudante de jornalismo casos como esses representam um singular objeto de estudo. Isso porque se faz necessário entender todo o processo que conduziu a imprensa ao “erro” a fim de evitar futuros equívocos em situações que envolvem comoções sociais.

Estudar os principais problemas de comunicação cometidos nesse caso pode ser esclarecedor para quem um dia poderá lidar com situação semelhante. No caso citado, faz-se necessário notar todo o processo de elaboração da notícia desde a elaboração da pauta até a escolha das fontes e da linguagem utilizada. O estudo também é de grande importância para a sociedade uma vez que ela é influenciada e tem opinião formada pela mídia. Como receptor de possíveis erros jornalísticos, o meio social é afetado e por isso tem considerável espaço na pesquisa. A análise também se faz importante politicamente já que pode causar reflexão sobre os problemas políticos e diplomáticos que uma informação errada pode gerar.

Essa pesquisa tem como objetivo mais amplo analisar o desempenho da imprensa nesse episódio e indicar os principais erros cometidos pelos jornalistas envolvidos na apuração e produção das matérias. Além disso, pretende-se refletir sobre a espetacularização do noticiário e a postura de um jornalista diante de casos como esse. Também se apresenta como objetivo a rediscussão de temas relacionados com o cotidiano de um jornalista como objetividade, sensacionalismo e linguagem empregada.

Sendo assim, a análise foi feita tendo como base os quatro telejornais apresentados atualmente pela emissora Globo. São eles: Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal Nacional e Jornal da Globo. O recorte da pesquisa foi dado tendo em vista a audiência de cada um dos telejornais e o conseqüente papel que a emissora tem na formação da opinião pública. Separou-se os quatro telejornais citados nos períodos de 11/02/2009, data da primeira manchete, a 27/02/2009, dia em que foi veiculada a última notícia sobre o assunto no mês de fevereiro.

As reportagens foram compiladas e classificadas de acordo com o conteúdo que apresentavam. Esta pesquisa opta por cinco itens para ressaltar a trajetória dos fatos. O primeiro ponto diz respeito à data em que as matérias

foram ao ar. Esse dado é esclarecedor uma vez que demonstra as mudanças no conteúdo das informações coletadas pelos jornalistas com o passar dos dias. Outro fator observado foi o tempo destinado às reportagens. A contagem dos segundos traz luz a questões que serão levantadas posteriormente nessa pesquisa. As fontes ouvidas também trouxeram informações relevantes para a análise. O enfoque dado nas matérias e a linguagem utilizada são os últimos pontos que esclarecem aspectos relevantes da pesquisa. A partir dessa classificação, pôde-se refletir e traçar análise referente ao comportamento da imprensa brasileira no caso.

O primeiro capítulo desta pesquisa visa a contemplar a objetividade jornalística. É preciso estudar o assunto para entender em que aspectos ela não foi empregada nesse caso e em que medida essa atitude pode ter gerado um problema de informação.

Somado a isso se apresenta outro fator que teve contribuição no caso. O sensacionalismo é o segundo assunto analisado pela pesquisa. Fotos dos supostos cortes feitos em Paula foram mostrados junto com texto com forte apelo emocional. Falou-se de dor e de tortura.

No capítulo seguinte, a ética jornalística é discutida. É preciso entender em que aspectos os jornalistas faltaram com a ética nesse caso. No afã de conseguir um furo, estuda-se a possibilidade do jornalista ter aceitado a história de Paula sem a possibilidade do contraditório.

O estudo das fontes que foram ouvidas é revelador. O modo e o momento que elas apareceram indicam que pode ter havido deficiência na quantidade e na qualidade das partes escutadas.

A pesquisa, enfim, se propõe a analisar e refletir sobre esse caso recente na imprensa brasileira, ocorrido no mesmo ano da produção deste trabalho. Nas páginas seguintes, se encontra a pesquisa classificatória que foi utilizada como base para estudo somada aos argumentos utilizados como ferramenta para análise.

2 - OBJETIVIDADE E IMPRENSA

O termo objetividade adquire significados diferentes de acordo com o segmento onde é empregado. A objetividade e seu antônimo, a subjetividade, são pontos discutidos não só pelo jornalismo, mas também, e muito antes, pela filosofia. Segundo o *Dicionário Básico de Filosofia*, a objetividade é algo que acontece independente de pensamentos. Tuchman (1993) relata que, para um sociólogo, o termo objetividade traz uma série de significados, invoca noções de ciência e idéias de profissionalismo, além dos fantasmas de Durkheim e Weber. O autor explica que para um médico e um advogado, a objetividade é a atitude adequada que se tem em relação a um cliente.

Outras profissões e actividades equacionam a objectividade com a capacidade de permanecer suficientemente impessoal para seguir os procedimentos de rotina adequados para um caso específico. (TUCHMAN: 1993, pág.74).

O que se tem de semelhante na definição do conceito de objetividade é sua oposição em relação a outro termo: a subjetividade. Para Karam (2004), a objetividade do relato é o resultado de uma série de comportamentos, ações e opiniões de sujeitos que se tornam objetivos, de forma subjetiva, em algumas situações. Dessa forma, segundo o autor, a objetividade é resultado da subjetividade humana.

Japiassu (1990) afirma que objetividade não existe, o que existe para o autor é uma "objetividade aproximada", um esforço de entender o real em sua forma e não como se gostaria que ele fosse. Nesse aspecto, as idéias individuais sempre influenciariam o processo de entender o real.

Quando se fala em objetividade, se fala em "verdade". Japiassu (1990, pág 32) explica o mito da verdade. Para ele, a idéia de se possuir a verdade não passa de um mito, de uma ilusão. Seria, para o autor, um "atentado contra o processo de maturação intelectual toda tentativa de ministrar ou transmitir 'a' verdade".

Para o jornalista, a busca pela verdade é um ideal diário. Lage (1982) explica que na produção de notícias, a verdade é a conformidade do texto jornalístico com o acontecimento aparente. Essa conformidade, supostamente, qualificaria o jornalista como “honesto e correto”. Em caso de inconformidade entre esses dois pontos, o jornalista seria “desonesto e incorreto”.

Procurar transmitir a verdade presente nos fatos seria um dos preceitos da objetividade jornalística. Karam afirma que é “objetividade apresentar mesmo que por estatísticas, dados, opiniões de especialistas, estudos, o mundo tal como é, para que daí se deduzam razões e conseqüências” (2004, pág. 26).

Para o jornalista Luiz Amaral (1996), a noção de objetividade começou a partir de meados do século 19 com a gradual discussão dos princípios da imparcialidade. O termo objetividade, no entanto, só teria sido empregado em relação à imprensa depois da primeira guerra mundial.

O autor explica que nas primeiras três décadas do século 19, as imprensas inglesa, americana e francesa começaram um processo de passagem de um caráter politizante para um caráter mais comercial. Isso teria gerado maior interesse na busca pela objetividade.

"A partir de então, a objetividade, ou melhor, aquilo que mais tarde ganharia o nome de objetividade, passa a se identificar com uma mistura de estilo direto, imparcialidade, factualidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologia". (AMARAL: 1996, pág. 26)

Para Amaral, quatro acontecimentos contribuíram para a implementação do conceito objetividade. A formação de agências de notícias, o desenvolvimento industrial, as duas guerras mundiais e o advento da publicidade e das relações públicas.

Cornu (1994) acrescenta a essa idéia o fato de que o desenvolvimento da grande imprensa e da informação o jornalismo se vê obrigado a respeitar uma neutralidade relacionada com suas ambições mercantis. O autor pergunta qual seria a solução para desagradar ao menor número de leitores potenciais, uma

vez que seria impossível agradar a todos. Além disso, explica o autor, a objetividade possibilitava grande flexibilidade de paginação, já que através do lide (primeiro parágrafo do texto jornalístico), a notícia era dita no primeiro parágrafo podendo receber corte nos demais parágrafos sem grandes perdas na informação.

Entrando nos hábitos jornalísticos pela pequena porta das ambições comerciais e das limitações técnicas, a objectividade como prática jornalística erigiu-se assim, pouco a pouco em critério de moral profissional. É por ela que se passa doravante uma “boa” informação. (CORNU: 1994, página 182).

No Brasil, o modelo ancorado nos conceitos de objetividade e imparcialidade, de inspiração norte-americana, foi implantado na década de 1950. É o que explica Ana Paula Goulart Ribeiro, em artigo intitulado *Objetividade e Autoridade Jornalística*.

O Rio de Janeiro teria sido o pioneiro por ter sido palco do surgimento de alguns jornais inovadores, como *A Última Hora* e a *Tribuna da Imprensa*, e da reforma de outros já existentes, como o *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil*. Para a autora, antes de 1950, o jornalismo brasileiro se misturava com literatura, inspirado no modelo francês onde a escrita possibilitava o livre desenvolvimento de estilos pessoais.

Os jornais eram panfletários e militantes e o principal objetivo era mobilizar leitores via tomada de posição e não informar. Repetindo o fenômeno mundial, a partir de 1950, segundo a autora, a imprensa passa a representar um lugar neutro e independente e não mais um espaço para comentário, opinião e experimentação estilística. A partir desse momento, o jornalismo passa a ser reconhecido como "um gênero de estabelecimento de verdades, um espelho da realidade". (RIBEIRO: 2001, pág. 28)

Ribeiro aponta, como uma das mudanças, a utilização de regras de redação, que visavam retirar do jornalismo qualquer caráter emotivo e participante. Isso incluía uso de estilo direto, utilização da terceira pessoa, indicativo como forma

preferencial de tempo verbal e desaparecimento de adjetivos e aferições subjetivas, além da utilização do lide.

A autora acredita que o efeito no discurso jornalístico causado pela objetividade ajudou a reforçar o próprio conceito. Para ela, "a própria intenção (ou presunção) de objetividade se tornou, para quem consumia notícia, uma certa garantia". (RIBEIRO, pág. 30). Essa credibilidade viria da eficácia simbólica gerada pela objetividade e pela ancoragem factual que juntas conferem legitimidade ao discurso jornalístico, afirma a autora.

Tuchman (1993) explica que alguns procedimentos como a apresentação de pontos de vista conflitantes, a utilização de provas suplementares, o uso de aspas, o emprego do lide e a separação dos "fatos" das opiniões podem ser utilizado por jornalistas como ferramentas para a obtenção da objetividade. "Através da citação de atributos formais da notícia e dos jornais, os jornalistas podem apontar como prova que fazem distinção entre aquilo que pensam e aquilo que relatam" (TUCHMAN, página 88). Nesse sentido, para o autor, existe uma grande diferença entre os objetivos procurados e os alcançados.

Ainda para Tuchman, o jornalista, através da utilização dos procedimentos acima mencionados, busca na objetividade uma forma de se proteger de críticas e de fazer seu relato ser respeitado pelos leitores. Com isso, sugere o autor, abre-se um convite à percepção seletiva e ilude-se o leitor.

Cornu, no entanto, afirma que

sendo o jornalista responsável pela verdade, a objectividade, como intenção na ordem dos factos, não pode ser simplesmente deixada de lado a favor de uma honestidade definida muito vagamente. (CORNU: 1994, pág. 391)

Para o autor, consegue-se a objetividade e a verdade através do rigor do método. O rigor seria ir fundo, no tempo disponível, nas investigações materialmente realizáveis e recolher todos os fatos confirmados possíveis. Faz-se obrigação para o jornalista garantir correta descrição dos fatos.

Acreditar que a objetividade jornalística não existe, para Cornu, é muitas vezes pretexto para desinteresse e abdicação por parte do jornalista. A ausência da

objetividade “deixa a via livre ao ‘Vale Tudo’. A um jornalismo de aproximação e de preguiça”. (CORNU, página 393)

Os debates sobre objetividade jornalística se estendem e dividem opinião até entre jornalistas. Entender o processo é de fundamental importância para entender em que medida ele foi empregado no caso estudado nessa pesquisa.

3. Sensacionalismo

O conceito de sensacionalismo é amplo principalmente no que se refere ao senso comum. Mas ao se estudar mais profundamente, vê-se que o termo apresenta particularidades e questões mais específicas.

Para Angrimani (1994), sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que não mereceria tal tratamento em circunstâncias editoriais. Para esse autor, sensacionalismo é superdimensionar um fato, extrapolar o real na elaboração da notícia. Seria, para o autor, a sensacionalização de algo que não o é necessariamente, usando do tom espalhafatoso e escandaloso.

Mas para alguns autores, nem sempre sensacionalizar é algo necessariamente maléfico. Para (...), o sensacionalismo é mais um dos *Ismos* que organiza e segmenta o mundo das idéias. O termo sensacionalismo, segundo o autor, sofre o estigma de trazer 'desonestidade', "como se a *divulgação espalhafatosa de matéria capaz de emocionar ou escandalizar* (esse é o significado do termo) servisse apenas para enganar" (... , 2005, pag. 170).

Angrimani (1994) explica que quando se denomina um veículo de "sensacionalista", faz-se uma tentativa de colocá-lo à margem, de afastá-lo do que é considerado sério. "Se um jornal (telejornal ou radiojornal) é tachado de sensacionalista, significa para o público que o meio não atendeu às suas expectativas" (Angrimani, 1994, pág. 15).

Para Alcântara, quando se fala em sensacionalismo, os preconceitos se sobrepõem aos conceitos. Isso porque, afirma a autora, "qualquer grande acontecimento tem tratamento sensacionalista em qualquer bom jornal". (...0, 2005, página 170). Alcântara argumenta que diferenciar o sensacional do sensacionalismo é somente um truque de palavras uma vez que "difícilmente o jornalismo considerado de referência alcançaria ou alcançará sucesso sem a utilização criativa e inteligente de técnicas sensacionalistas"(Alcântara, 2005, pág. 170).

Nesse aspecto, explica o autor, sensacional seria o que produz sensação intensa e a sensação faria parte dos mecanismos da inteligência. O

autor cita o *Dicionário de psicologia* para argumentar que a percepção inteligente é a “tomada de conhecimento sensorial dos objetos ou de fatos exteriores”. Alcântara completa ao dizer que no jornalismo o objeto citado acima é a notícia.

Assim sendo, para essa autora, o jornalismo seria invariavelmente sensacionalista ou ao menos se utilizaria de ferramentas sensacionalistas no dia-a-dia o que não necessariamente apresenta desvio ético ou prejudica a função jornalística. “Assim, sendo o jornalismo uma linguagem de resumos que necessita, como condição vital, do sucesso imediato nas interlocuções em que se envolve, é inevitável o uso de recursos sensacionalistas. Um deles, o título”. (Alcântara, 2005, pág. 170)

Medina (1988) afirma que o título foi, historicamente, o primeiro apelo verbal a ser explorado conscientemente desdobrado na matéria. O segundo apelo seria o lide, que “passou a constituir um traço importante de motivação para agarrar o consumidor no contato imediato”.

Esse despertar de interesse no consumidor está relacionado com a história do sensacionalismo. Para Angrimani (1994), o início do sensacionalismo impresso tem início incerto de difícil precisão. Quando traz análise do jornalismo em dois países diferentes, França e Estados Unidos, o autor conclui que o sensacionalismo esteve presente desde a origem da imprensa. Nos dois países citados, os primeiros jornais produzidos já tinham traços que remetiam ao sensacionalismo quando apresentavam o interesse de abordar notícias que “agradavam a todos”.

Vieram desses dois países dois termos utilizados quando se refere à imprensa sensacionalista. O termo “Imprensa Marrom”, muito conhecido no Brasil, é oriundo da França. “Marrom”, explica o autor, é um adjetivo que está relacionado às idéias de clandestinidade e ilegalidade. Assim, os jornais produzidos na França que apresentavam sensacionalismo eram associados a algo ilegal, o “marrom”.

A disputa entre os jornalistas Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst gerou o termo americano “Imprensa Amarela”, alusão ao *Yellow Kid*, primeiro

quadrinho publicado em jornal. Esses dois jornalistas “vão moldar o gênero sensacionalista, dando-lhe características que ainda hoje são utilizadas” (Angrimani, 1994, pág. 20).

Lage (2006) afirma que no período liderado por esse dois magnatas, a mídia utilizou o sensorial para conseguir “vender” mais os seus produtos.

(A imprensa) adquiriu novo aspecto, dando ênfase a histórias sentimentais e de crimes, que distraem e ao mesmo tempo projetam aspirações e angústias de grandes massas. O tratamento emocional desses temas gerou o que se chama de imprensa sensacionalista – competitiva, voltada para a coleta de informações a qualquer preço e, eventualmente, mentirosa (Lage, 2006, pág. 15).

Angrimani explica que Pulitzer inovou o impresso ao publicar jornal colorido, utilizar ‘olhos’ (textos curtos colocados em espaço determinado para chamar atenção para uma frase ou declaração), amplas ilustrações e manchetes. Além disso, afirma Angrimani, Pulitzer foi o primeiro a descobrir um mercado de notícias sensacionalistas que eram prontamente consumidas, fazendo com que a tiragem de jornais chegasse aos milhões, números que são invejáveis hoje.

Ao se pensar na notícia como algo a ser consumido e no jornal como algo vendável e lucrativo, entende-se outro viés do sensacionalismo. Marcondes Filho (1989) explica o caráter mercadológico da notícia ao afirmar que ela pode ser comprada como uma roupa ou uma fruta. O autor afirma que as notícias não são apenas produtos “como supõe a acepção mais ingênua”, e sim mercadorias. Elas “são produzidas para um mercado real e encerram em si a dupla dimensão da mercadoria: o valor de uso e o valor de troca” (Marcondes, 1989, pág. 25)

Segundo Marcondes, a matéria-prima para obtenção da mercadoria notícia seria a informação. Para vender a mercadoria *notícia*, o jornal teria que tratar a informação, matéria-prima, em algo atraente para o consumidor. “Sem esses artifícios a mercadoria não vende, seu valor de troca não se realiza”.

Para o leitor, a notícia tem um valor de uso, ele a consome, a utiliza. Marcondes estipula que a busca do leitor pelo entretenimento do jornal provém do próprio sistema capitalista, que exige sobrevivência e força do trabalhador. “A sociedade cobra, impõe um ritmo e suas leis férreas de desempenho”. (Marcondes, 1989, pág. 89). A pausa para se recuperar dessa cobrança social abre espaço, segundo Marcondes, para a função do lazer do jornal. É nesse contexto que a imprensa sensacionalista ganha espaço.

Ao trabalhador interessa muito mais o jornal que o descanse, que o entretenha, do que o jornal que o jogue de novo contra o mundo do trabalho, da produção, da política. Os meios que os atinge são de outra natureza, são os que se prestam a dar pinceladas de informação devidamente temperadas com elementos atrativos e sensacionais. Por isso a imprensa sensacionalista, como a televisão, o papo no bar, o jogo de futebol, servem mais para desviar o público de sua realidade imediata do que para voltar-se a ela, mesmo que fosse para fazê-lo adaptar-se a ela (Marcondes: 1989, pág. 89).

A linguagem empregada também é chamariz para o leitor. Angrimani explica que o texto na imprensa sensacionalista não pode ser sofisticado, mas colonial. Além disso, ela deve causar comoção ao leitor. “A linguagem sensacionalista não admite distanciamento nem proteção da neutralidade. É uma linguagem que obriga o leitor a se envolver emocionalmente com o texto, uma linguagem editorial ‘clichê’. (Angrimani, 1995, Pág. 16). É essa linguagem que pode despertar emoção no leitor que consumirá a notícia que é vendida. Nesse caso, a linguagem será empregada para aumentar o valor de uso da mercadoria *notícia*.

A relação entre o valor de uso e o valor de troca regulará o potencial mercadológico de determinado veículo. Para Arbex Jr., a transformação de fato em notícia sempre passa pela sanção do mercado. “A notícia, como produto final, é o resultado de um pacto de cumplicidade: o mercado se vê refletido por uma mídia que, por sua vez, dá visibilidade aos eventos que reforçam a estrutura de mercado”. (ARBEX JR, 2002, pág. 97)

O sensacionalismo seria então uma forma de garantir um espaço no mercado, através do apelo do valor de uso e do valor de troca da notícia. Marcondes explica que, nesse aspecto, todos os jornais são, de uma forma ou de outra, sensacionalistas uma vez que transformar um fato em notícia consiste em alterar, dirigir e até mutilar.

A aparência de valor de uso no jornalismo leva-o necessariamente a “sensacionalizar” a vida política, econômica e social de determinada formação histórica. O que caracteriza o jornalismo não é somente vender fatos e acontecimentos, mas ao transformá-los em mercadoria, explorar e vender a sua aparência, o seu impacto, o caráter explosivo associado ao fato (MARCONDES: 1989, pág.30).

Em entrevista citada no livro “Imprensa na Berlinda”, Laurentino Gomes (página 179) afirma que o jornalista sempre “está em busca de uma informação sensacional”. Em contraposição, “jornalista que corre atrás de informação banal e previsível é mau jornalista”. (Gomes, 2005, pág. 179). Mas a busca por esse sensacional, que agrada ao mercado, pode acarretar em uma precipitação por parte de jornalista. Kapferer demonstra que “quando a formação é rara, ela engendra o boato. Além disso, para o autor, a informação do boato circula “porque ela tem valor, ela vale ouro!”. (Kapferer, 1993, pág 27)

Angrimani mostra que “na abrangência do seu emprego, sensacionalista é confundido não só com qualificativos editoriais como audácia, irreverência, questionamento, mas também com imprecisão, erro na apuração, distorção, deturpação, editorial agressivo”. (Angrimani, 1994, pág. 14). Para Alcântara, o que se deve pesar ao se falar de sensacionalismo “não são as formas e técnicas sensacionalistas, mas as intencionalidades da sua utilização.” (Alcântara, 2005, pág. 170)

3 – ÉTICA E DEONTOLOGIA

Para o jornalismo, os conhecimentos do conceito e da prática da ética são tão indispensáveis como os recursos técnicos da profissão. No caso em estudo, a ética traduz-se como um importante aparato para rever a cobertura da mídia. Além da história de Paula Oliveira, na Suíça, é importante clarear ao leitor que toda reportagem deve ser pautada sob a ótica dessa idéia que, por vezes, se apresenta ampla e subjetiva. Para Bucci, existem diversas correntes filosóficas que a explicam, mas

todas precisam ter como base uma teoria que sustente a racionalidade, a liberdade e a responsabilidade do sujeito, de forma que suas palavras e suas ações possam ser medidas por ele e compreendidas e aceitas como válidas por aqueles que o cercam (BUCCI: 2000, pág. 16).

Ainda para o autor, o maior dilema ético para o jornalismo diz respeito à confrontação de valores que, de alguma forma, se apresentam bons e justos ao mesmo tempo. Para o autor, se a ética lidasse apenas como o certo e o errado, uma boa legislação democrática resolveria os conflitos, já que, quase sempre, as questões seriam um dilema entre o lícito e o ilícito. (BUCCI: 2000).

O autor cita duas correntes, presentes em *Committed journalism*, de Lambeth, para falar de comunicação. A primeira corrente é a teleológica. Aqui, o que importa são as conseqüências do ato. Então, explica Bucci, nessa corrente, o jornalista deve pautar sua conduta considerando o que pode trazer mais benefícios éticos para as pessoas. A segunda corrente, a deontologia, não considera importante o ato em si, mas sim se esse ato se apóia em princípios que tenham validade para todos, tanto para o agente como para as outras pessoas envolvidas.

Cornu explica que a deontologia para o jornalismo é uma ‘moral cotidiana’ que molda o trabalho do jornalista. Assim, para o autor,

Enquanto a ética intervém como força de questionamento do conjunto do processo da informação, a deontologia reveste o alcance limitado de uma moral própria da atividade jornalística. Remete

para regras profissionais que constituem as condições vulgarmente admitidas de uma informação correcta, no sentido pragmático (CORNU: 1994, Pág. 39).

Para Karam (2004), os códigos deontológicos, éticos, de conduta, de honra da profissão, internalizam a relação entre a relevância do jornalismo e uma teoria que o trate como conhecimento social. Para o autor, eles apresentam uma tentativa de afirmação de valores que precisam ser compartilhados por todos que têm como função o jornalismo e “buscam, de certa maneira, um ‘controle de qualidade’, feito por quem apura a informação ou vive imediatamente *no e do* mundo da mídia.” (Karam, 2004, pág. 91)

Nesse aspecto, existem condutas que devem ser cumpridas pelo jornalista ao se buscar uma informação ética. Paul Johnson, historiador, ensaísta e jornalista, citado na obra de Bucci, indica os ‘sete pecados capitais’ éticos cometidos pelo jornalista. Seriam eles: a distorção deliberada ou inadvertida, o culto das falsas imagens, a invasão da privacidade, o assassinato de reputação, a superexploração do sexo, o envenenamento das mentes das crianças e o abuso de poder.

Bucci explica que, quando se fala no primeiro ‘pecado’ citado, a distorção, o caso se apresenta mais grave na televisão. Para o autor, como o Brasil é um país que se comunica basicamente pela televisão, qualquer distorção que aconteça nela, pode gerar problemas de grande proporção. “Uma mentira na televisão brasileira é duplamente grave (é grave em si mesma e é grave porque dificilmente será corrigida em tempo por outros meio de igual penetração).” (BUCCI: 2000, pág. 139). Bucci explica ainda que, em comparação ao rádio, detentor de grande influência no país, a TV se mostra mais potente, uma vez que a audiência no rádio é pulverizada entre, aproximadamente, 3 mil emissoras. O mesmo não acontece na TV, que possui poucos canais nas mãos de algumas famílias.

Esse fator, explica outro ‘pecado’ listado que, para o autor, se torna especialmente freqüente na TV: o abuso de poder. Bucci explica que o sistema de concessões de TV, no Brasil, gera um abuso de poder por parte dos donos dessas emissoras. Para o autor, não há, no país, um sistema onde exista

pluralidade de veículos informativos e competição entre os órgãos de imprensa. Desse panorama “resulta um desequilíbrio que distorce a informação e que convida os proprietários a se esquecer da responsabilidade que lhes cabe”. (BUCCI: 2000, pág. 163)

Contra os ‘pecados’ que podem ser cometidos pelos jornalistas surgem saídas de diversos autores. Paul Jonhson é mais uma vez o autor escolhido por Bucci para trazer essas soluções. Jonhson apresenta 10 mandamentos que devem ser seguidos por jornalistas. São eles:

- 1 - Desejo dominante de descobrir a verdade
- 2 - Pensar nas conseqüências do que se publica
- 3 – Contar a verdade não é o bastante. Pode ser perigoso sem julgamento informado.
- 4 – Possuir impulso de educar
- 5 – Distinguir opinião pública de opinião popular
- 6 – Disposição para liderar
- 7 – Mostrar coragem
- 8 – Disposição para admitir próprio erro
- 9 – Equidade geral.
- 10 – Respeitar e honrar as palavras

(BUCCI: 2000, pág. 165- 166)

Cornu (1998) traz seis aspectos abordados pela Declaração de Munique (1971). Entre ele estão o respeito às fontes, o respeito à verdade na busca da informação e a utilização de meios legítimos na busca dessa.

Kovac e Rosenstiel (2003), demonstram a importância do jornalista apresentar a disciplina da verificação. Para os autores, mesmo não possuindo nenhum código sobre esse assunto, cada jornalista desenvolve método próprio, própria disciplina de verificação para difundir informação. Ainda para o autor, a tecnologia atrapalha essa disciplina, transformando o jornalismo de verificação em jornalismo de afirmação. Kovac e Rosentiel atribuem à internet a obtenção fácil, por parte do jornalista, de informações e declarações, o que impede o trabalho de investigação jornalística. “Nesta era de notícias 24 horas, os jornalistas agora passam mais tempo procurando as suas matérias em lugar de

tentar descobrir e checar, de forma independente, novos fatos” (2003, pág. 119).

Outro ponto importante para a deontologia jornalística diz respeito às fontes. Para Cornu (1994), a procura das fontes é o cerne do trabalho do jornalista. É o ato inicial na busca por notícia já que sem procura de fontes não há informação. O autor afirma a importância do confronto de fontes para melhor apuração dos acontecimentos. “Há regras profissionais que descrevem uma seqüência de operações precisas que permitem identificar, verificar, completar, confrontar as fontes para obter a melhor abordagem possível da realidade dos fatos.” Cornu afirma também que o uso do condicional deixa claro para o público que o jornalista não confia na fonte utilizada, embora seja uma ferramenta para se proteger da justiça e de eventuais problemas. (CORNU: 1994, pág. 77)

Para Pereira Júnior (2006), um dos efeitos colaterais da objetividade jornalística foi isentar o jornalista da responsabilidade direta pelo que publica nas matérias. Esse processo, explica o autor, ajudou a colocar as fontes no centro da apuração e da checagem.

Nesses casos, o jornalista faz suas confirmações a partir de consultas a notórios, nem sempre obtendo informações necessariamente consistentes. Há mesmo as vezes que se obtém meras suspeitas, especulações, pontos de vista, que, repassados ao público após tratamento de edição, conquistam a clareza cristalina das verdades testadas (PEREIRA JÚNIOR: 2006, PÁG. 93).

Mas a ética na informação nem sempre é puramente dever individual do jornalista. Bucci (2000) fala de uma ética de mercado. Para o autor, muitas vezes, uma falha ética jornalística não advém do jornalista e sim da empresa que emprega esse profissional. Seriam erros cometidos pelas empresas e não pelos redatores, “são faltas institucionais e não desvios pessoais” (Bucci, pág. 32). Para Correia (1997), qualquer discurso sobre ética profissional e deontologia que não leve em consideração a situação concreta onde trabalha o jornalista, e a cobrança por audiência a qual ele está sujeito, não passa abstração.

A busca por um jornalismo feito com ética é, sem sombra de dúvidas, um dever individual do jornalista. Mas isso não retira a responsabilidade da empresa de comunicação e, por que não dizer, da sociedade como um todo. Sendo assim, “discutir a ética na imprensa só faz sentido se significar pôr em questão os padrões de convivência entre as pessoas, individualmente, e de toda a sociedade no que se refere ao trato com a informação de interesse público e com a notícia”. (BUCCI: 2000, pág. 32)

4. Fundamentação metodológica

Para o estudo do “caso Paula Oliveira”, delimitou-se como corpus da pesquisa os quatro telejornais produzidos pela Rede Globo: Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal Nacional e Jornal da Globo. Essa emissora foi escolhida tendo em vista a audiência¹ e abrangência dos programas nela apresentados e o papel de formadora de opinião desempenhado por ela no país.

A pesquisa separou notícias do dia 11 de fevereiro, dia da primeira manchete veiculada na emissora sobre o assunto, até o dia 27 do mesmo mês. Uma tabela foi produzida por esta pesquisadora tendo em vista a data, o veículo, o tempo, as fontes, o repórter e a linguagem utilizada.

Três pontos acima citados mostram-se de fundamental importância para a compreensão dos dados. O primeiro é o tempo que foi destinado a cada matéria em momentos distintos no desenrolar do caso. O segundo diz respeito às fontes que foram ouvidas para fundamentação da matéria. Por fim, registrou-se a linguagem utilizada pelos repórteres e âncoras para tratar dos personagens da história.

Esse Três elementos são as ferramentas utilizadas pela pesquisa para se entender o processo ocorrido nos telejornais em relação à cobertura do caso. Com entendimento dessas variantes, pode-se analisar como, em quais circunstâncias e por que a imprensa agiu dessa forma.

¹ De acordo com o livro *Rede Globo – 40 anos de poder e hegemonia*.

5 – ANÁLISE

Dia por dia

Para se entender os dados trazidos nessa pesquisa, faz-se necessário entender passo a passo o caso abordado por ela. Paula Oliveira, uma brasileira que morava e trabalhava na Suíça disse ter sido agredida por neonazistas quando saía de uma estação de metro em Zurique. Os jovens teriam espancado Paula e marcado a pele da moça com as iniciais da sigla do partido (...), conhecido pela política contra imigrantes. Paula afirmava estar no terceiro mês de uma gestação de gêmeas. Ela teria abortado com o suposto ataque. A primeira matéria veiculada na Rede Globo, no Jornal Nacional, em 11 de fevereiro, apresentou fotos de Paula grávida, mostrando a barriga, depois com prováveis ferimentos, que teriam sido causados por *skinheads*.

Nos dias 11 e 12, a tônica das reportagens era de “investigação”, “retaliação” e “justiça”. Ministros, políticos e até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram entrevistados a respeito do assunto. No dia 13, no entanto, a imprensa apresentou a versão dos suíços que desmentiu o relato de Paula. Com laudos a partir de perícias técnicas, a polícia suíça começou a sustentar que Paula não teria falado a verdade. A moça não concedeu entrevistas para apontar novas provas do que havia falado. Enquanto o governo suíço divulgou em entrevistas coletivas e notas à imprensa que Paula teria protagonizado uma fraude e realizado autoflagelo.

A partir do dia 14, o caso é apresentado como “reviravolta”. O teor das reportagens focava em um possível distúrbio mental gerado pela doença Lúpus. Em entrevista, o pai dela confirmou a patologia. Outro elemento que pode ter diminuído a credibilidade de Paula Oliveira, como fonte de informação, foi a divulgação de um possível ultrassom falso, que teria sido retirado da internet.

No dia 18, o noticiário aborda o indiciamento de Paula Oliveira no Ministério Público da Suíça por fraude. A partir desse dia, os noticiários tratam dela como uma pessoa que foi de vítima a ré. As últimas notícias datam do dia

27 de fevereiro e relatam o depoimento prestado por Paula à justiça suíça.

5.1. Guerra de versões

No dia da veiculação da primeira reportagem sobre o assunto, o Jornal Nacional, no dia 12 de fevereiro de 2009, em 2:30 minutos, trouxe as primeiras informações sobre o suposto ataque sofrido por Paula.

As informações foram confirmadas no mesmo dia pelo Jornal da Globo que utilizou 2:35 minutos para apontar a “violência”, nunca tratada como suposta contra a brasileira.

No dia seguinte, o Bom Dia Brasil e o Jornal Hoje apresentaram pela primeira vez o tema com reportagens de 2:18 e 2:47 minutos, respectivamente. O Jornal Nacional, nesse mesmo dia, trouxe uma matéria de 4:16 minutos.

O “recorde”, no entanto, ficou com o Jornal da Globo que apresentou reportagem de 5:03 minutos.

Olga Curado em *A notícia da TV* (2002) explica que reportagens apresentadas em jornais diários possuem, normalmente, tempo entre 1:05 e 1:30 minutos.

No dia 13 de fevereiro, o Bom Dia Brasil utilizou 4:10 minutos com reportagem que trazia quase os mesmos pontos abordados (violência contra a brasileira) na edição da noite anterior do Jornal da Globo. O Jornal Hoje apresentou duas inserções sobre o tema durante edição do dia treze. A primeira tinha 2:04 e abordava quase os mesmos pontos do dia anterior. A segunda, no entanto, abordava na versão do governo suíço e marcou 2:17 minutos.

O Jornal Nacional dessa noite trouxe com maiores detalhes o posicionamento do governo suíço em 4:22 minutos. O Jornal da Globo, nesse dia, apresentou matéria de 2:45 minutos.

No dia 14 de fevereiro, dia em que se apontou uma reviravolta no caso, o Jornal Hoje veiculou a notícia em 1:20 minutos, o Jornal Nacional em 2:35.

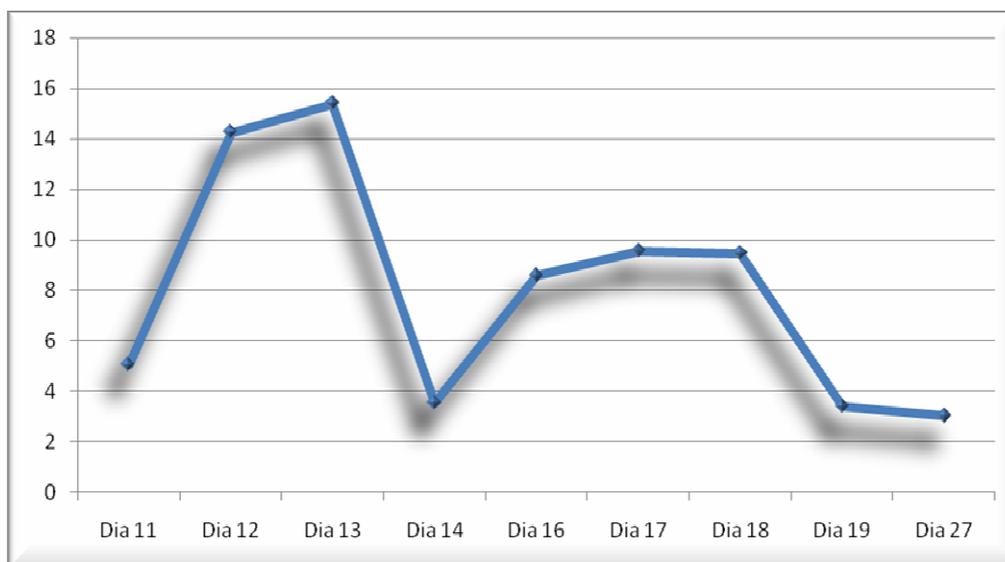
Em 16 de fevereiro, o Bom Dia Brasil trouxe matéria de 3:39 minutos. O Jornal Hoje e o Jornal Nacional apresentaram matérias sobre o tema de 2:37 e 2:42 minutos, respectivamente.

A média de minutos gastos nas reportagens dos quatro jornais citados, no dia 17 de fevereiro, é de 2.29 minutos. Destaque para o Jornal Nacional que abordou o tema em 1:47 minutos. Já no dia 18 de fevereiro, a mesma média foi de 2:16 minutos.

No dia 19 de fevereiro, Bom Dia Brasil e Jornal Hoje abordaram o tema em 0:42 e 0:54 minutos, respectivamente. A última inserção sobre o caso encontrada pela pesquisa foi no dia 27 de fevereiro no Jornal Nacional, 1:52 minutos, e no Jornal da Globo, 1:12 minutos.

Nota-se na somatória dos minutos das reportagens que houve diminuição do tempo destinado ao tema a partir do momento que a história de Paula parece não ser verdade.

O tempo de noticiário sobre Paula Oliveira nos dias estudados



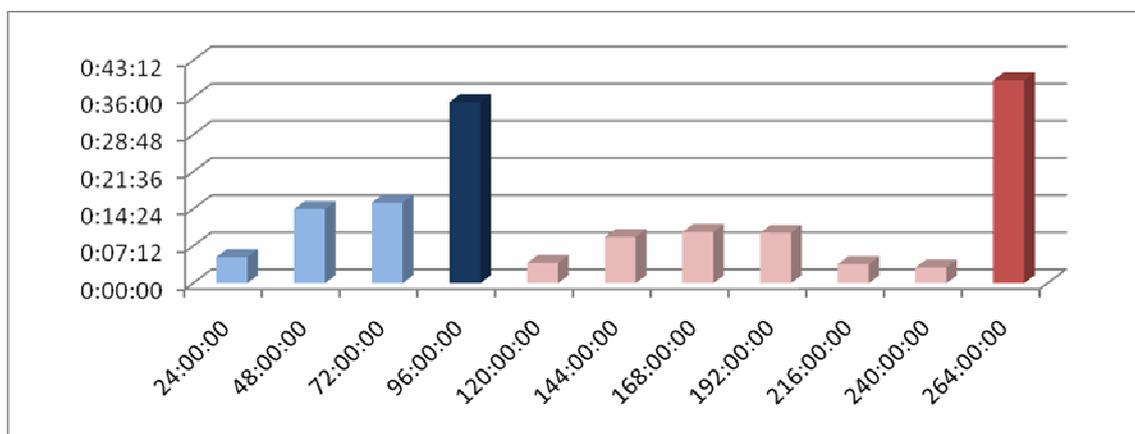
Enquanto ela era uma brasileira, vítima de ataque de skinheads e de posterior aborto no exterior, os noticiários destinaram no total 35:07 minutos em três dias de reportagens sobre o tema.

Quando a versão contada por Paula parece ser mentira e surgem indícios de fraude por parte da brasileira, o tempo proporcional dedicado ao assunto se reduz. Os noticiários gastam no total 39:21 minutos em 6 dias.

Ao se fazer a proporção percebe-se uma diferença no tempo utilizado pelos noticiários. Nas primeiras notícias, utilizou-se 35:07 minutos em três dias. Com a reviravolta do caso, utilizou-se 39:21 minutos em seis dias. O primeiro bloco de reportagens nos dias 11, 12 e 13 traz uma média de 12:08 minutos gastos com o tema por dia.

O segundo bloco, que vai do dia 14 ao dia 27, apresenta uma média de 6:53 minutos destinados ao assunto por dia. Ao se considerar essas duas médias, têm-se uma redução de 45.94% no tempo utilizado pelos telejornais analisados.

No gráfico abaixo, está colorido de azul o tempo de notícias em que a versão de Paula Oliveira é tida como “correta” pela imprensa (do dia 11 ao dia 27). Em vermelho, o tempo total a partir do momento em que a personagem passa a ser desmentida.



5.2. As fontes de informação

Outro fator que muda com o decorrer dos dias é a utilização das fontes no trabalho jornalístico. No primeiro momento, que relatava somente a versão de Paula, as fontes ouvidas eram pessoas identificadas com a brasileira, como

familiares e a cônsul do Brasil na Suíça, Victoria Cleaver. Nessas reportagens, com exceção da cônsul, somente parentes de Paula foram entrevistados nos telejornais citados.

O pai, Paulo Oliveira, a avó, Eunice Oliveira, o tio, Silvio Oliveira e uma cônsul conclamada para fazer justiça eram as fontes chave dos relatos noticiados. Do outro lado da história apareceu somente, no dia 11, no Jornal da Globo, a imagem de um cartaz do partido suíço Centro da União Democrática (em livre tradução, chamado UDC em francês) cujas siglas, SVP, teriam sido marcadas no corpo de Paula durante a agressão. O cartaz propagava a expulsão de imigrantes da Suíça.

Uma nota da polícia suíça afirmando que ainda investiga o caso e que não tem como provar em que circunstâncias Paula foi atacada é citada, sem grande alvoroço, no dia 12.

Também nesse dia, e no dia 13, os noticiários escutaram personalidades políticas, como o Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Marcondes Gadelha, o Secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, o presidente da OAB, Cezar Britto, e o presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva.

Sem qualquer ressalva à versão contada por Paula, eles clamavam por justiça e punição exemplar. A história contada pela suposta vítima era, de certa forma, corroborada por pessoas públicas que iam de ministros e secretários ao Presidente do Brasil.

No dia 13, o Jornal Hoje trouxe uma socióloga, Mariângela Ribeiro, e um especialista em Direito Internacional, Jaime Benvenuto, além de novamente o presidente da república e um amigo de Paula, Marco Aurélio Ventura.

Nesse mesmo dia, no Jornal Nacional, a versão da polícia suíça começou a ser relatada. O noticiário apresentou como fontes uma coletiva em que falou a cúpula da polícia suíça, uma entrevista dada pelo noivo de Paula, Marco Trapp, a um jornal suíço e informações retiradas *em off* de Gabriela Liderman, gerente de RH da empresa onde Paula trabalhava.

A informação passada pela gerente é que a gravidez da brasileira não teria sido comprovada por um médico suíço. Segundo Gabriela, Paula havia dito que ainda faria o exame de ultrassom. Todas essas fontes foram relatadas sem o uso de sonora, trecho em que o personagem fala diretamente na reportagem.

Como sonora apresentou-se somente a do pai de Paula, Paulo Oliveira, também ouvido como fonte e uma nota pé, informação extra ao fim da reportagem dita pelo âncora do telejornal, com a opinião de uma amiga, Natália Soares, e um ex-professor de Paula, Alexandre da Maia, que disseram duvidar da versão suíça.

No Jornal da Globo desse mesmo dia, a reportagem ouviu Walter Baar, chefe do instituto de medicina forense da suíça além das amigas de Paula, Natália Soares e Carla Vasconcelos e do ex-professor, Alexandre da Maia.

Do dia 14 ao dia 18 as fontes se alternam entre a cônsul do Brasil na Suíça, Vitória Cleaver, o pai e amigos de Paula. As únicas fontes diferentes, apresentadas no dia 17 na edição do Jornal Hoje, são a mãe de Paula, Geni Ventura, por telefone, uma ginecologista, Jenine trindade, e um psiquiatra, Everton Botelho.

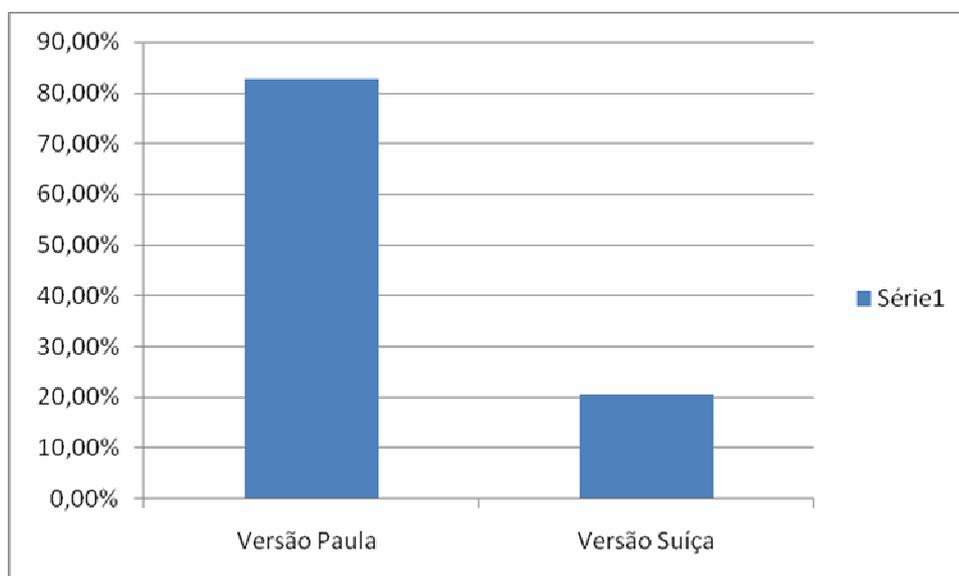
Somente no dia 18, também no Jornal Hoje, reaparecem fontes referentes à versão suíça. Trata-se do porta-voz do partido da sigla SVP, Aller Haward, e o promotor público suíço, Marcel Frei. As duas fontes são apresentadas sem sonora. O Jornal Nacional desse dia trouxe o advogado e o pai de Paula como fontes e o Jornal da Globo citou apenas uma reportagem da Revista Época.

No dia 19, o Bom Dia Brasil apresentou o assunto em uma nota coberta, notícia trazida apenas com imagens e narração. O Jornal Hoje citou como fonte, sem sonora, um comunicado da polícia suíça. O Jornal Nacional abordou também, sem entrevista, comunicado divulgado à imprensa pela Promotoria de Justiça de Zurique. O pai de Paula, novamente, foi ouvido nessa reportagem.

No dia 27, somente Jornal Nacional e Jornal da Globo apresentam notícias sobre o assunto. A única fonte ouvida pelos dois noticiários foi o advogado de Paula, Roger Muller.

Do dia 11 ao dia 27, no total, vinte e nove reportagens sobre o assunto foram divulgadas pelos quatro telejornais pesquisados. Em 18 dessas reportagens (66,6%), o pai de Paula aparece como fonte. Pessoas relacionadas com Paula como parentes, amigos e professores, ou que de alguma forma saíram em sua defesa, como personalidades políticas e a cônsul do Brasil na Suíça, são utilizadas como fontes em 24 das reportagens. Ou seja, 82,75% do total de reportagens trazem fontes que, de alguma forma defendem Paula ou corroboram as provas apresentadas por ela.

Em contrapartida, somente 6 reportagens trazem porta-vozes da versão suíça como fontes. Do total, 20,68% das notícias apresentam o lado suíço da história. Em somente uma dessas reportagens as fontes foram ouvidas diretamente, com uso de sonora.

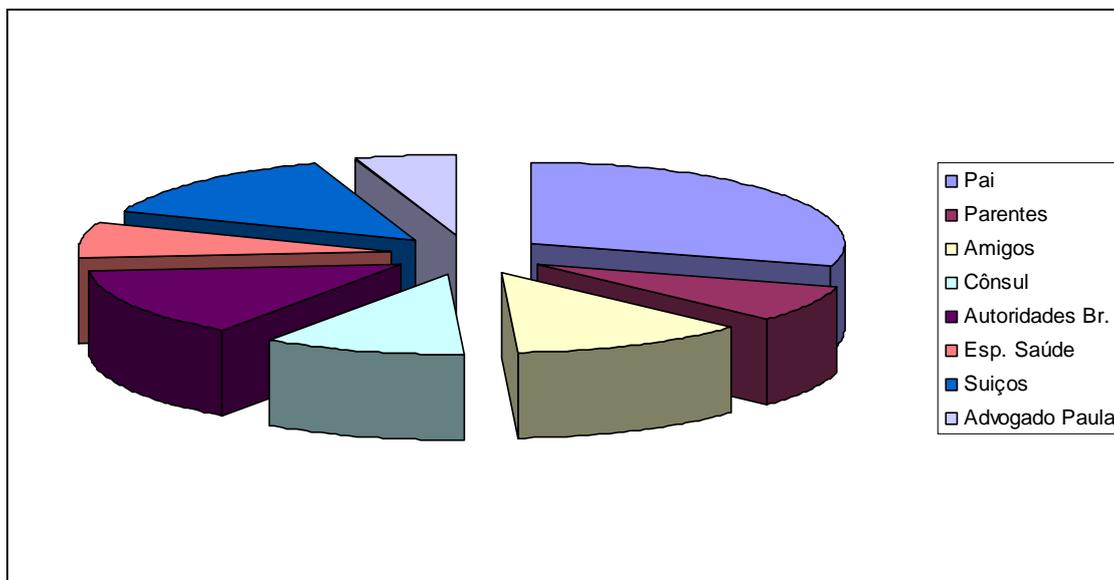


No gráfico acima, uma totalização das fontes que corroboram as versões de Paula Oliveira e das fontes oficiais suíças.

Para a defesa ou corroboração da versão de Paula os veículos utilizaram 20 fontes diferentes, entre amigos, familiares, especialistas e

políticos. Com exceção da matéria do Jornal Hoje publicada no dia 14, todas as reportagens que trazem essas fontes apresentam sonora. Para representar a versão suíça, os jornais trouxeram 8 fontes diferentes, basicamente comunicados divulgados pela polícia suíça.

Abaixo, as fontes de informação utilizadas nos veículos



5.3 A linguagem utilizada -

Nada de futuro do pretérito

A linguagem utilizada pelos telejornais para tratar dos fatos também trouxe pontos a serem considerados. A primeira reportagem sobre o tema, veiculada dia 11 no Jornal Nacional, dizia o seguinte: skinheads dominaram e torturaram jovem brasileira na Suíça, como consequência ela teve gestação interrompida. Nota-se nessa frase a utilização de palavras como ‘dominaram’ e ‘torturaram’.

Também se percebe que o jornalista optou pela utilização do verbo no pretérito perfeito, o que dá a idéia de que não há dúvidas sobre a versão de Paula.

Mesquita (1999) explica que a conjugação no futuro do pretérito é normalmente utilizada quando se quer “expressar uma incerteza a respeito de

um fato já ocorrido, em geral, por meio de tempo composto: 'teria acontecido'. Esse tempo verbal, no entanto, só passou a ser utilizado para relatar o tema a partir do dia 14. Antes, o fato foi exposto em todas as reportagens, de todos os jornais analisados, no pretérito perfeito.

Expressões como 'supostamente', 'diz ter sido', 'suposto ataque' e 'suposta gravidez' são utilizadas pelos jornalistas que narram o fato somente a partir do dia 16.

As primeiras reportagens sobre o tema trouxeram expressões que vitimizam Paula e provocam apelo emocional. Além disso, em muitas delas, fica clara a opinião e indignação do jornalista quanto ao caso. As reportagens são apresentadas com tom de indignação e absurdo com o que Paula teria sofrido.

A edição do Jornal da Globo do dia 11 traz as palavras 'espancamento' e 'sessão de tortura'. O Bom Dia Brasil do dia 12 faz escalada, manchetes em seqüência que antecedem o início do telejornal, com as palavras 'absurdo' e 'selvageria'. O Jornal Hoje desse mesmo dia afirma que Paula fora 'agredida covardemente' e termina reportagem com comentário da apresentadora indagando sobre o desespero da mãe de Paula.

Também no dia 12, o Jornal Nacional afirma que o pai de Paula ainda está sobre 'o impacto da brutalidade comedida contra filha'. Paula é retratada como 'vítima da selvageria'. Expressões como '5 minutos de horror' e 'marcas de tortura' foram utilizadas. No final da matéria o repórter afirma que 'assim como os policiais, alguns jornais suíços botam em dúvida o depoimento de Paula, apesar das evidências gravadas no corpo e na memória dela'.

A tônica das reportagens do dia 13 traz palavras como 'xenofobia', 'intolerância' e 'punição exemplar'. Após o dia 13, as palavras e expressões utilizadas são mais suaves e evitam qualquer julgamento. As matérias ficaram mais objetivas. Enfim, os repórteres optam por utilizar a locução 'Diz ter sido...' ao se referir às alegações de Paula.

DIAS	PALAVRAS MAIS UTILIZADAS
11	Skinheads, torturaram, dominaram, sessão de tortura, grávida, gêmeos
12	Agressão, violência, selvageria, neonazistas, torturada, grávida, aborto, gêmeas, atacada, marcas no corpo.
13	Atacada, explicações, atacada, autoridades brasileiras, xenofobia, gravidez, cicatrizes superficiais,
14	Surpresa, reviravolta, versão suíça, provas da gravidez.
16	Contradições, provas da gravidez, supostamente atacada, suposta gravidez, interrogada.
17	Suposta gravidez, suposto ataque, e-mails, lúpus, versão, autoflagelo, ultrassom falso.
18	Investigações, processo penal, fraude, ultrassom falso, 'diz ter sido', versão, confissão, falso testemunho.
19	Golpe, indenização, mentira, suposto ataque, falso testemunho, confissão, autoflagelo,
27	Advogado, depoimento, silêncio, Ministério Público da Suíça, confissão, estratégias de defesa.

6. Conclusão

O 'caso Paula Oliveira' gera reflexões sobre o trabalho jornalístico no Brasil. Após equívocos presentes na história da imprensa brasileira, como caso da Escola Base², nota-se que o jornalismo no Brasil ainda é passível de cometer importantes equívocos na produção.

O primeiro ponto ignorado pelos profissionais que cobriram esse caso, diz respeito à objetividade. O jornalista pode ter se deixado influenciar pela história contada por Paula sem a devida checagem de informação. O resultado foi a parcialidade da cobertura movida por comentários e juízos de valor que levaram o telespectador à comoção diante do quadro apresentado. Como mostrado na análise desta pesquisa, a linguagem utilizada pelo jornalista ao descrever o caso deixou clara a visão do profissional, sua indignação diante dos fatos.

Do ponto de vista da objetividade, o jornalista se mostrou comovido pela situação, o que interferiu na apuração e na apresentação dos fatos ao espectador. Ao optar pela utilização do verbo no pretérito perfeito, o jornalista tirou a possibilidade de dúvida quanto à história contada por Paula. Dessa forma, replicou-se a versão da brasileira sem questionamentos. O jornalista abriu mão do distanciamento e isenção que o verbo no futuro do pretérito, que a forma condicional poderia conferir.

A cobertura desse fato foi contra as mudanças inseridas nas regras de redação, apontadas por Ribeiro (2001), para obter objetividade. Para esse autor, o jornalista deveria despir a reportagem de qualquer caráter emotivo e participante, bem como não utilizar adjetivos e aferições. Esses princípios não foram adotados por nenhum telejornal analisado quando se contou a versão de Paula. A "objetividade jornalística" só foi lembrada com mais propriedade quando a versão de Paula começou a ser desmentida.

² O Caso da Escola Base, abordado no livro *Caso Escola Base: os abusos da imprensa*, traz o episódio em que a imprensa brasileira ajudou a julgar prematuramente os donos de uma escola paulista por abuso sexual de menores.

Isso comprova o viés considerado sensacionalista utilizado pelos telejornais para tratar do caso. Para comover o público, os jornalistas não tiveram postura prevista para a prática da imparcialidade jornalística. Esse fato cometido pelos jornalistas nada mais é do que sensacionalizar um tema.

Ao atuar dessa forma, os profissionais envolvidos na cobertura do caso, superdimensionaram o fato, contando-o de forma escandalosa, e extrapolaram o real na elaboração da notícia, exatamente o que Agrimani (1994) aponta como sensacionalismo.

O suposto ataque e o posterior aborto sofrido por Paula foram abordados de forma invasiva. Fotos de Paula mostrando a barriga da suposta gravidez foram somadas a um texto que a descrevia como uma pessoa feliz antes da agressão. Como a pesquisa mostrou, nesse momento, as reportagens tinham tempo considerado grande para uma reportagem de TV. Algumas chegavam a ter de 4 a 5 minutos o que é acima do tempo médio gasto com uma reportagem de televisão no veículo estudado.

Com os indícios de que a história de Paula poderia não ser verdade, as reportagens começaram a diminuir até que desapareceram do noticiário. Por um lado, o assunto não apresentava a mesma atração, tanto para o público quanto para o jornalista. Ficou nítido que a primeira versão, contada por Paula, é bem mais interessante do ponto de vista da audiência. Por outro lado, cada nova notícia que desmentia a versão de Paula, corroborava o fato de que a imprensa cometera um erro.

A escolha das palavras utilizadas deixa claro o tom sensacionalista utilizado para descrever os fatos. As expressões 'sessão de tortura', '5 minutos de terror', 'torturada', 'espancada', 'dominada', entre outras, geraram grande comoção no público e mostraram o viés sensacionalista que as reportagens tiveram.

Tudo isso se enquadra no que autores como Marcondes apontam como o caráter mercadológico da notícia. Enquanto a versão da Paula foi contada, o jornal investiu mais no assunto.

Essa história era mais interessante e, por isso, destinou-se maior tempo para essas reportagens. Há nítido interesse econômico na veiculação dessas reportagens. Quanto mais a população fica comovida, mais os jornalistas se excedem e se comprometem com a versão contada por Paula até o surgimento de novas provas que geraram reviravolta no caso.

A partir desse momento, começou-se a medir mais as palavras e surgiu, enfim, a utilização dos verbos no futuro do pretérito para narrar os acontecimentos relacionados com o caso. Essa nova atitude reflete o receio e o interesse de se manter certo distanciamento dos fatos e das versões. Agora sim, nesse momento, seguiram-se os preceitos da objetividade jornalística e não se abre tanto espaço para o sensacionalismo.

Outro aspecto do trabalho jornalístico que foi veementemente negado na cobertura desse caso diz respeito à ética jornalística. Nota-se que ela foi relevada em alguns momentos.

O primeiro, talvez, seja a tomada de posição por parte da mídia quanto à versão de Paula. De pronto aceitou-se a versão da brasileira em detrimento da busca pelo que realmente aconteceu. Isso pode ser claro na escolha das fontes expostas na maioria das reportagens.

Em quase todas elas aparece o pai de Paula, fonte obviamente ligada ao personagem principal da história que age como o “advogado” dela e, portanto, porta-voz de sua versão.

Amigos e familiares da brasileira foram exaustivamente ouvidos nas reportagens enquanto não se teve uma entrevista de nenhum membro do governo suíço ou do outro lado da história. Como já mostrado na análise, a diferença entre o número de fontes que corroboram a versão de Paula é descomunal em relação ao número de fontes que mostram o outro lado da história.

Se um relato ético traz as duas versões de uma história de forma equilibrada, nota-se que a imprensa faltou com ética na cobertura desse caso. Cornu (1994) mostra a importância de se confrontar as fontes na busca por um relato mais ético e mais próximo da ‘verdade’. Ora, as fontes não foram

confrontadas em momento algum, pelo contrario. O que se viu foi um massacre quantitativa e qualitativamente às fontes suíças.

Outro ponto ético não cumprido pelos jornalistas diz respeito à apuração conduzida pelos jornalistas que cobriram o caso. No afã de conseguir um bom “furo”, negligenciou-se a apuração correta dos fatos. A verificação do acontecimento foi conduzida no sentido de comprovar, e não de confrontar, o que Paula havia dito e que foi prontamente aceito pela imprensa. Para isso contou-se a história tendo em vista as informações trazidas pela própria brasileira e por pessoas ligadas a ela.

Mesmo com correspondentes internacionais na Suíça, o que se viu, até o surgimento de evidências que comprovariam a fraude de Paula, foi a repetição da versão de Paula e não a investigação elaborada do que realmente aconteceu. Ao se analisar o caso, percebe-se problema de checagem de jornalistas em apurar a informação trazida pela brasileira.

Os jornalistas, nesse momento, refutaram o que Kovac e Rosenstiel (2003) apontam como importante para a obtenção de informação ética: a disciplina da verificação.

Para esses autores, cada jornalista deve desenvolver seu método a fim de difundir informação de qualidade. O que os jornalistas teriam feito se aproxima do conceito, traçado por esses autores, de jornalismo de afirmação em detrimento de um jornalismo de investigação e verificação.

Outro ponto a qual se deve refletir é trazido por Bucci (2000): a abrangência da televisão em relação a outros meios de comunicação.

Para o autor, no Brasil, qualquer notícia falaciosa pode gerar problemas de grandes proporções uma vez que a TV detém grande penetração na população e possui audiência concentrada nas mãos de poucas emissoras. Sendo assim, o estrago causado por uma informação incorreta na televisão se torna maior uma vez que abrange mais pessoas e não pode ser facilmente retificado por outros meios de comunicação.

Isso mostra a gravidade do ato cometido pelos jornalistas responsáveis pela apuração do caso nos telejornais analisados nessa pesquisa. Além de rejeitar ações fundamentais no trabalho jornalístico, eles ainda o fizeram em um dos meios de comunicação de maior abrangência e importância no país.

Os argumentos acima mencionados indicam que a imprensa, no caso analisado, se comportou de forma precipitada ao acatar a versão contada pela brasileira Paula Oliveira. A partir desse momento, negou-se princípios básicos do jornalismo como a busca por isenção e objetividade, a rejeição de aspectos sensacionalistas e mercadológicos, a equalização e confrontação das fontes envolvidas e a procura pela apuração adequada dos fatos.

Ao fazer isso, os veículos induziram o espectador à comoção. Detentora do poder de informar e formar opinião, a imprensa não pode se deixar levar pela ânsia de um furo ou pela aceitação de uma história, por melhor e mais interessante que ela pareça.

Este caso comprova que a imprensa e o jornalista no Brasil ainda pecam em muitos aspectos no que se refere ao trabalho jornalístico. Tendo em vista a importância social da profissão este estudo demonstra, acima de tudo, que não pode haver, no jornalismo, margem para a não apuração e a consequente desinformação.

GLOSSÁRIO

Lide: primeiro parágrafo da reportagem. Normalmente deve trazer as informações mais importantes sobre o assunto.

Em Off: informação obtida informalmente da fonte.

Sonora: passagem em que a fonte fala diretamente na reportagem

Nota pé: informação extra, sem imagens, trazida pelo âncora do telejornal após apresentação da reportagem.

Nota coberta: informação, com imagens, dita pelo âncora do telejornal. Usa-se para citar assunto de forma breve.

Escalada: manchetes que abrem o telejornal.

BIBLIOGRAFIA 1

KARAM, Francisco José. *A Ética Jornalística e o Interesse Público*. São Paulo: editora Summus, 2004.

LAGE, Nilson. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Petrópolis: Vozes, 1982.

CORNU, Daniel. *Jornalismo e Verdade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

AMARAL, Luiz. *A Objetividade Jornalística*. Porto Alegre: Sagra, 1996.

TUCHMAN, Gaye. A Objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Veja, 1993.

RIBEIRO, Ana Paula Golart. Objetividade e Autoridade Jornalística. *Tempo e Presença*. Número 315. Jan – Fev 2001.

PESQUISA DOS VEÍCULOS

DATA	VEÍCULO	TEMPO	FONTES	REPÓRTER	INFORMAÇÕES/PALAVRAS UTILIZADAS
11/02/2009	Jornal Nacional	2:30	Silvio Oliveira – tio de Paula Paulo Oliveira – pai de Paula Vitória Clever – Cônsul Geral do Brasil na Suíça (por telefone)	Mônica Silveira – Recife	Skinheads dominaram e torturaram uma jovem brasileira na suíça como conseqüência ela teve a gestação interrompida Estava no terceiro mês de uma gravidez de gêmeos Começaram a sessão de tortura Nada foi roubado A cônsul criticou o procedimento do agente que interrogou Paula.
11/02/2009	Jornal da Globo	2:35	Paulo Oliveira- Pai de Paula (por telefone) Vitória Cleaver – Cônsul Geral do Brasil na Suíça (por telefone) Cartaz do SVP	Mônica Silveira – Recife	Brasileira que foi agredida, ela estava grávida de gêmeos e o espancamento causou aborto Estava no terceiro mês de gravidez, a ultrassonografia revelou que teria gêmeas O SVP não esconde a aversão aos imigrantes A sessão de tortura durou cerca de 10 minutos
12/02/2009	Bom Dia Brasil	2:18	Silvio Oliveira – tio de Paula Paulo Oliveira –pai de Paula (por telefone) Vitoria Cleaver- Cônsul do Brasil (por telefone)	Monica Silveira – Recife	Absurdo Selvageria Neonazistas atacaram uma brasileira, ela estava grávida de gêmeos, mas depois de ser torturada perdeu os bebes A gestação de gêmeas foi interrompida aos três meses pela agressão sofrida A sessão de tortura que durou cerca de 10 minutos A cônsul do Brasil também criticou a hostilidade do agente que interrogou Paula.

12/02/2009	Jornal hoje	2:47	Eunice Oliveira – avó de Paula Paulo Oliveira – pai de Paula (por telefone)	Bianka Carvalho – Recife	Agredida covardemente por neonazistas Ela estava grávida de 3 meses, teria 2 gêmeas mas perdeu os bebês Avó inconformada com a violência sofrida pela neta. Eles torturaram a brasileira por 10 minutos Integrantes do partido não escondem a aversão à estrangeiros Ela estava muito feliz com a gravidez Imagina o desespero da mãe de Paula enquanto falava com ela ao telefone
12/02/2009	Jornal Nacional	4:16	Paulo Oliveira-pai de Paula Polícia de Zurique (em nota) Paulo Vannuchi – Sec. dos Direitos Humanos	Marcos Losekann - Zurique	Pai da jovem grávida que foi torturada por neonazistas.. ainda sob o impacto da brutalidade cometida contra Paula e a dor de ter perdido as netas gêmeas que ela lhe daria A vítima da selvageria vivida em pleno coração da Europa está sendo tratada no hospital... Nessas fotos ela aparece feliz com a gravidez de gêmeas, as meninas deveriam nascer em agosto Paula acabou sendo vítima A moça exibe as marcas da tortura que sofreu Paula conversava em português, isso pode ter chamado a atenção dos neonazistas Aqui ela viveu pelo menos 5 minutos de horror Um sangramento indicava o início do aborto Pai veio de Recife cobrar explicações da polícia

					suíça Assim como os polícias, alguns jornais suíços botam em dúvida o depoimento de Paula apesar das evidências gravadas no corpo e na memória dela.
12/02/2009	Jornal da Globo	5:03	Paulo Oliveira – Pai de Paula Celso Amorim – Ministro de Relações Exteriores Paulo Vannuchi – Sec. dos Direitos Humanos	Marcos Losekann - Zurique Sérgio Guils (enviado especial) – Zurique Fabio William – Brasília	A polícia está investigando mas ainda não confirma o relato ..estava grávida de gêmeas e perdeu as crianças Polícia diz que não há como afirmar em que circunstâncias foi atacada. Pelo relato de Paula ela foi atacada.. Depois de 5 minutos de tortura, segundo Paula.. Apesar das evidências, alguns jornalistas chegaram a duvidar do relato de Paula Noivo deu entrevista a um site suíço confirmando versão de Paula Representante da embaixada suíça é chamado no Itamaraty
13/02/2009	Bom Dia Brasil	4:10	Celso Amorim - Ministro das Relações exteriores Paulo Vanucchi – Sec. Dos Direitos Humanos Dep. Marcondes Gadelha - pres. Da Comissão de Rel. Exteriores Cezar Britto – presidente da OAB Lula	Cláudia Bomtempo - Brasília (do estúdio) Marina Franceschini - Brasília Marcos Losekann - Zurique	O caso da brasileira que foi torturada Atacada barbaramente Autoridades brasileiras cobram explicações e mais empenho nas investigações Evidências de xenofobia, intolerância Lula reagiu à agressão Punição exemplar para os que espancaram Encarregado de negócios da embaixada foi chamado para uma conversa. Ele lamentou a violência e disse q a investigação será com rapidez e rigor

					<p>Caso pode levar o Brasil à recorrer à ONU</p> <p>Pai diz que a polícia suíça fez um pedido de desculpas formais. Pai vai dar tempo à polícia para q a polícia apresente resultados. Não quer vingança quer justiça</p>
13/02/2009	Jornal Hoje	2:04	<p>Mariângela Ribeiro- Sociologa</p> <p>Jaime Benvenuto – especialista em direito internacional</p> <p>Presidente Lula</p> <p>Marco Aurélio Ventura – Amigo de Paula</p>	Bianka Carvalho – Recife	<p>As reações ao caso se multiplicam</p> <p>Crime de características xenofóbicas</p> <p>A impressão que o brasileiro é a causa do mal</p> <p>Suíça pode e deve ser responsabilizada internacionalmente</p> <p>Presidente Lula ficou indignado</p> <p>Violência aos Direitos Humanos</p>
13/02/2009	Jornal Hoje	2:17	<p>Paulo Oliveira – pai de Paula (sem sonora)</p>	Marcos Losekann - Zurique	<p>Informação que causa surpresa</p> <p>Versão suíça sobre o caso da brasileira torturada por neonazistas</p> <p>Cicatrizes superficiais</p> <p>Médicos garantem q ela não estava grávida</p>
13/02/2009	Jornal Nacional	4:22	<p>Cúpula da polícia de Zurique – coletiva(sem sonora)</p> <p>Paulo Oliveira – Pai de paula</p> <p>Marco Trap – noivo de Paula (sem sonora/informação de uma entrevista q ele deu para um jornal suíço)</p> <p>Gabriela Liderman -chefe de RH da empresa que Paula trabalhava (em off)</p> <p>Natália Soares -</p>	Marcos Losekann - Zurique Sérgio Guils (enviado especial) – Zurique	<p>Laudos publicados pela polícia puseram em dúvida a versão</p> <p>Cicatrizes superficiais e simétricas</p> <p>Não sofreu aborto</p> <p>Para pai são meras especulações</p> <p>Reviravolta do caso</p> <p>Segundo diretora de RH, gravidez não havia sido comprovada por um médico suíço e Paula informou q faria um ultrassom na manhã seguinte, pela a primeira vez.</p> <p>Lula q antes ficou</p>

			amiga de Paula (nota pé) Alexandre da Maia – ex professor de Paula (nota pé)		indignado falou que as investigações estão sendo conduzidas com seriedade. O Ministério de Relações Exteriores decidiu não se manifestar até resolução do caso.
13/02	Jornal da Globo	2:45	Walter Baar -chefe do instituto de medicina forense Natália Soares – amiga de Paula Carla Vasconcelos – amiga de Paula Alexandre da Maia – ex professor de Paula	Marcos Losekann - Zurique	O caso tomou outro rumo A polícia suíça continua investigando A moça não estava grávida Médico suíço afirma que se trata de autoflagelo SVP pede indiciamento de Paula
14/02/2009	Jornal Hoje	01:20	Cônsul-geral do Brasil na Suíça – Vitória Cleaver (Sem sonora) Paulo Oliveira (Sem sonora) – Pai de Paula	Paulo Losekan – Zurique	Reviravolta do caso Noivo confirma gravidez Pai diz que não tem como provar gravidez Possibilidade de contratação de um advogado suíço Polícia levantou suspeita Paula diz ter convicção do que aconteceu
14/02/2009	Jornal Nacional	2:35	Cônsul-geral do Brasil na Suíça – Vitória Cleaver Paulo Oliveira - - Pai de Paula	Marcos Losekann - Zurique Sérgio Guils (enviado especial) – Zurique	Prova da gravidez Saída da Suíça Risco de indiciamento de Paula Consul diz não ter razão pra duvidar dos legistas no que se refere à gravidez Convicção de Paula
16/02/2009	Bom Dia Brasil	3:39	Paulo Oliveira – pai de Paula (entrevista)	Marcos Losekann - Zurique Sérgio Guils (enviado especial) – Zurique	Uma história cheia de contradições O drama da brasileira mobiliza polícia suíça e a opinião publica de dois países No meio do fogo cruzado um pai envolvido num pesadelo, um homem marcado por um telefonema Para o pai é indiferente

					saber se ela esta grávida ou não, mas ele não tem duvida.
16/02/2009	Jornal Hoje	02:37	Paulo Oliveira – Pai de Paula	Marcos Losekann - Zurique	Alta médica Supostamente ter sido atacada Provas da gravidez Evidências Distúrbio mental
16/02/2009	Jornal Nacional	2:42	Paulo Oliveira – pai de Paula Vitória Cleaver- cônsul-geral do Brasil em Zurique	Marcos Losekann - Zurique	Supostamente agredida Pai nega plano de retirar a filha do país Pai admite que Paula sofre de Lupus Incluindo Alucinações Pai pergunta se a filha vitimou alguém Brasileira será interrogada novamente, pode responder a um processo criminal.
17/02/2009	Bom Dia Brasil	2:41	-----	Marcos Losekann - Zurique	Acredita na versão da filha Pai indignado Não causou nenhum problema pras autoridades A gente não sabe Admitiu a doença lúpus Ela continua negando
17/02/2009	Jornal Hoje	3:01	Alexandre Maia – ex-professor de Paula Jeanine Trindade – ginecologista Geni Ventura – mãe de Paula (por telefone) Everton Botelho – psiquiatra	Bianka Carvalho – Recife	Polêmica sobre o caso Diz disse ter abortado após ser atacada Medicos ouvidos E-mails trocados com amigos E-mail enviado pelo noivo contando a gravidez Família não apresentou exame que comprove Medicos dizem que é possível, por exames, descobrir se uma mulher esteve grávida Ela sabe da versão da polícia Lúpus Alucinações

17/02/2009	Jornal Nacional	1:47	Paulo Oliveira – Pai de Paula	Marcos Losekann - Zurique Sérgio Guils (enviado especial) – Zurique	Pai chegou a considerar a hipótese de que Paula tenha cometido autoflagelo
17/02/2009	Jornal da Globo	2:27	Paulo Oliveira – Pai de Paula Revista Época	Marcos Losekann - Zurique	Ultrassom falso Suposto exame Suposta Gravidez E-mail enviado por Paula a amigos
18/02/2009	Bom Dia Brasil	1:51	Paulo Oliveira – pai de Paula Revista Época	-----	Investigações Processo penal por fraude Apartamento do noivo suíço- M. Trepp Mistério do caso Ultrassom falso obtido na internet
18/02/2009	Jornal Hoje	02:52	Porta voz do partido Aller Haward (sem sonora) Promotor público - Marcel Frei (sem sonora/nota pé)	Marcos Losekann - Zurique Sérgio Guils (enviado especial) – Zurique	Polêmico caso da Brasileira Disse ter sido atacada Paula Oliveira foi indiciada pelo MP de Zurique Falso testemunho à polícia Duas versões Supostamente atacada Partido Popular da Suíça Suposta gravidez Amigos desconfiaram do e-mail /denúncia feita pelos colegas Devolver aos cofres públicos o gasto com investigação Indiciada
18/02/2009	Jornal Nacional	2:34	Roger Muller – Advogado de Paula Paulo Oliveira – Pai de Paula	Marcos Losekann - Zurique	Que diz ter sido agredida.. Passou de vítima à ré Partido (SVP) A polícia rejeitou a versão Indiciamento 3 anos de prisão

					Pai contratou um advogado Jornal suíço teria dito que ela confessou Ela teria assinado confissão
18/02/2009	Jornal da Globo	2:30	Revista Época – reportagem	Marcos Losekann - Zurique	A promotoria de Zurique indiciou Paula Gravidez por motivos financeiros Amiga brasileira médica teria feito exame com ultrassom portátil, mas q não tinha nem os exames, nem o contato da médica. Nesse momento teria tido uma crise de choro e começado a confessar Essa medida garante que a mulher permaneça na Suíça..
19/02/2009	Bom Dia Brasil	0:42	-----	Nota coberta	De vítima a suspeita Golpe Brasileira diz ter sido.. Indenização Jornal suíço levanta hipótese de farsa e recebimento de indenização 200 mil reais
19/02/2009	Jornal Hoje	0:54	Comunicado da polícia suíça Imprensa suíça (sem sonora)	----- Cabeça e VT só com imagens	Confissão Mentira Polícia suíça confirma confissão Indiciada por falso testemunho Imprensa suíça especula recebimento de indenização Invenção do ataque
19/02/2009	Jornal Nacional	2:05	Comunicado divulgado à imprensa pela Promotoria de Justiça de Zurique Paulo Oliveira – Pai de Paula	Marcos Losekann - Zurique Sérgio Guils (enviado especial) – Zurique	Tudo mentira segundo a Promotoria de Justiça de Zurique Suposto ataque Comunicado divulgado à imprensa Reconheceu que fez declarações falsas Admitiu que se cortou

					<p>Autoflagelo Noivo de Paula foi pra casa da mãe e sente-se temeroso Lúpus As vezes causa alucinações Advogado de defesa Pode usar a doença de Paula para defendê-la</p>
27/02/2009	Jornal Nacional	1:52	Roger Muller – Advogado de Paula	Marcos Losekann - Zurique Sérgio Guils (enviado especial) – Zurique	<p>A brasileira prestou depoimento MP acusa Investigações mostraram q ela cortou o próprio corpo e mentiu Ela corre para tentar fugir das câmeras Fica em absoluto silêncio Advogado não negou dep. que teria confessado disse q não poderia revelar. Estratégia da defesa</p>
27/02/2009	Jornal da Globo	1:12	Roger Muller – advogado de Paula Oliveira	-----	<p>Primeiro depoimento de Paula Ela é acusada de enganar autoridades Ela sequer estaria grávida Não negou confissão feita anteriormente Silêncio como resposta à repórteres da Globo Tenta fugir da câmera Investigações apontam “As vezes é melhor dizer q não lembra do que mentir às autoridades”</p>